

Falhaço em cascata: como Sociedades Agrárias Africanas em colapso perdem o controlo sobre os seus cadetes.

Ulrich Schiefer

Coimbra

2012

Please quote as:

Schiefer, Ulrich (2012) "Falhaço em cascata: como Sociedades Agrárias Africanas em colapso perdem o controlo sobre os seus cadetes." In: Pureza, José Manuel; Roque, Sílvia e Cardoso; Katia (orgs.).

Jovens e trajetórias de violências. Os casos de Bissau e da Praia. Almedina, Coimbra. ISBN 978-972-49-4821-5.

Contact: schiefer@iscte.pt

CAPÍTULO 6

FALHANÇO EM CASCATA: COMO SOCIEDADES AGRÁRIAS AFRICANAS EM COLAPSO PERDEM O CONTROLO SOBRE OS SEUS CADETES*

*Ulrich Schiefer***

Em África, à semelhança de outras regiões do mundo, os fracassos das sociedades na gestão do potencial de violência dos seus jovens, mais do que os seus êxitos, atraem cada vez mais atenção. Este ensaio é o resultado de uma reflexão sobre a gestão do potencial de violência pelas sociedades agrárias da África subsariana. Primeiro, proceder-se-á a uma contextualização histórica das mesmas para, em seguida, se discutir o contexto externo que se projeta sobre as sociedades agrárias, produzindo as condições que influenciam as suas dinâmicas internas. Seguir-se-á uma análise do funcionamento dessas sociedades, nomeadamente dos seus processos de socialização.

A guerra anticolonial e a cooperação para o desenvolvimento conduzem à desintegração e eventual colapso destas sociedades, o que resulta na perda de controlo sobre os seus cadetes, os principais portadores do potencial da violência. Por último, analisar-se-ão as consequências destes processos. As migrações internas e internacionais são uma das suas manifestações mais visíveis, em particular as fracassadas migrações intercontinentais, produtoras de uma sobrepopulação nos bairros periféricos das cidades africanas, onde a perda de controlo sobre os cadetes parece mais óbvia.¹

* Um agradecimento especial à equipa do Núcleo de Estudos para a Paz (NEP/CES) do Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra pelo excelente ambiente de investigação; à Ana Larcher Carvalho e à Ana Caetano pelos comentários ao texto e à Joelma Almeida pela revisão e comentários ao texto.

** Sociólogo e antropólogo. Professor e investigador do ISCTE-IUL e da Universidade de Münster.

¹ O termo cadete significa, na antropologia social, um jovem de sexo masculino (cf. Meillassoux, 1991).

1. O potencial de violência e a *conditio humana*

O potencial de violência, bem como a capacidade de trabalho, são partes constitutivas da *conditio humana* (Arendt, 1970; 2001). Uma divisão sexual na apropriação da natureza aparece como precursora da consolidação dos papéis do gênero na revolução neolítica, sendo as sociedades de pastores (nômadas) uma forma transitória e paralela da mesma.²

O nomadismo, dadas as suas características de elevada mobilidade, combinado com a mobilidade das suas riquezas, produz uma estrutura guerreira *sui generis*, tanto em sociedades centralizadas como em sociedades acéfalas,³ onde praticamente todos os homens com a condição física para tal, com poucas exceções, são guerreiros – guerreiros que, contudo, operam num contexto fortemente ritualizado para evitar que os raides e os roubos desencadeiem guerras fora de controlo.⁴

Com a ascensão das sociedades agrárias, o potencial da violência, pelo menos na África subsariana, continua consistente com o masculino. Raríssimas exceções, de exércitos femininos, confirmam a hipótese de que se trate de um padrão societal e cultural profundo, baseado em fatores biótico-físicos, mas não de uma condição biótica exclusiva.⁵

Nas sociedades agrárias, as estruturas linhageiras, bem como as clânicas e étnicas, são basicamente estruturas guerreiras, mesmo que essa característica seja bem menos visível do que nas sociedades nômadas. A diferenciação analiticamente necessária aqui é a distinção básica entre sociedades centralizadas e sociedades acéfalas (Sigrist, 1994) (ou segmentárias), cujos mecanismos de exercício de poder e de autoridade, respetivamente, se refletem claramente na sua constituição militar (Dellbrück, 2009). Nas sociedades centralizadas, as forças armadas servem, também, para a manutenção

² O processo civilizacional, entendido como aumento dos mecanismos de controlo do potencial da violência (Elias, 1976), é questionável, pelo menos no que diz respeito às sociedades caçadoras/coletoras, bem como ainda em certas sociedades agrárias, onde conflitos armados entre sociedades ou grupos parecem resolver-se por uma ritualização ou simplesmente pela fuga do campo de batalha ou cedência do terreno disputado (cf. Rappaport, 1968).

³ Cf. Spittler (1989a; 1989b), que procede a uma descrição dos códigos que governam os raides dos Tuaregue.

⁴ As guerras destas sociedades têm como objetivo a presa, não a dominação política.

⁵ Além das diferenças no físico, as funções bióticas reprodutivas são percebidas como impeditivas para uma participação ativa em guerras. As tentativas de alguns movimentos modernos de mobilizar mulheres para o combate armado violam valores básicos das sociedades agrárias.

das estruturas de poder. Nas sociedades acéfalas, a estrutura societal, com a sua constituição militar inerente, dispõe de mecanismos elaborados para assegurar que as forças armadas, lideradas por chefes carismáticos, possam unicamente ser constituídas para campanhas militares específicas, sendo imediatamente dissolvidas no fim da ação militar para evitar a criação de um poder baseado em forças armadas fora do âmbito sancionado e controlado pelas linhagens (Schiefer, 2002). Trata-se, portanto, não de sociedades que ainda não atingiram o nível de organização política com o poder centralizado mas, sim, de sociedades que fazem tudo para que isso não aconteça, não sendo, por isso, menos guerreiras (Sigrist, 1994).⁶

Todas essas sociedades dispõem, igualmente, de mecanismos para manter a violência interna sob controlo. Existem normas e regras que regulam a violência contra membros da sociedade e códigos e sanções para a violação das mesmas.⁷ Nenhuma sociedade consegue controlar totalmente a violência; portanto, trata-se de manter a violência a um nível que não impeça a produção, nem a reprodução da sociedade.

A perda do controlo do potencial de violência pelas sociedades agrárias africanas é, assim, um problema multifacetado. O acesso a armas de fogo é cada vez mais facilitado, seja através do armamento das forças armadas e polícias oficiais pelas potências internacionais com o suposto intuito de aumentar a segurança, seja pela importação “ilegal” de armas por contrapoderes e criminosos.

O treino militar em organizações modernas, ou quase-modernas, muitas vezes no contexto da capacitação institucional, e financiado pelo exterior, aumenta o potencial destruidor dessas sociedades. Ao mesmo tempo, as inúmeras guerras proporcionam experiência prática a muitos cadetes.

1.1. Desintegração e colapso

O colapso de sociedades inclui a destruição do potencial societal organizativo de reprodução, assim como a destruição de capacidades reais de produção (e.g., destruição de infraestruturas e dos recursos produtivos e sociais). O colapso das sociedades africanas é consequência de processos

⁶ Ver, como exemplo, os Balantas da Guiné-Bissau ou os Pashtuns no Afeganistão e no Paquistão (Sigrist, 1994).

⁷ Regra geral, existem sistemas de multas e sanções adaptadas a cada violação das regras; uma forma extrema é a *vendetta*, que constitui um mecanismo de autorregulação por excelência.

parcialmente interdependentes e sobrepostos que somente, numa parte diminuta, podem ser percebidos diretamente. Os processos lentos e de longa duração (modificações de equilíbrios interétnicos, das condições climáticas e migrações pacíficas), que traduzem mudanças lentas de normas sociais e comportamentos, são de difícil percepção na estadia média dos investigadores. Mas estes são de importância crucial para a compreensão dos processos de colapso. Muitas vezes, estes processos decorrem em esferas não perceptíveis e assumem formas que são difíceis de estudar. Os processos de duração média (concentrações em espaços urbanos, diminuição das unidades produtivas e reprodutivas e diminuição de confiança) são mais perceptíveis, mas não são compreendidos como processos de colapso, porque são difíceis de enquadrar numa perspectiva correspondente. Os processos muito acelerados e curtos (guerras, revoltas e migrações forçadas), com consequências verdadeiramente catastróficas, são percebidos, mas poucas vezes relacionados com os processos mais lentos. Frequentemente, estes processos abruptos e destrutivos servem como explicação e dificultam a percepção dos processos mais lentos.⁸

Uma grande parte da África subsariana está a ser “despedida” de uma participação ativa no comércio e na economia mundial, não obstante a corrida desenfreada pelos recursos naturais nalgumas zonas.

A desconexão da África subsariana manifesta-se como desinvestimento e descapitalização. A desestruturação das organizações económicas produtivas, a decomposição tendencial das unidades de vivência e sobrevivência rurais, a crescente perda de conhecimento de produção e organização e a perda de capacidade de socialização conduzem a processos interdependentes que se reforçam mutuamente numa espiral negativa.

A perda de controlo sobre os grupos sociais, cujo potencial de violência em livre circulação pode ser instrumentalizado quase completa e livremente, é consequência do colapso das estruturas políticas modernas e das próprias sociedades, bem como uma condição para o crescimento do potencial destrutivo. Especialmente nas periferias das grandes cidades, nascidas de processos acelerados de urbanização, criam-se as condições para a proliferação de atores violentos, cada vez mais jovens, que adotam para cria-

⁸ Os processos de colapso das sociedades africanas põem em causa a continuação da cooperação para o desenvolvimento nos modelos correntes e exigem uma reorientação em muitas áreas. Para um debate extensivo sobre esta questão, ver Schiefer (2002).

ção da sua identidade uma parte dos modelos culturais do filme violento internacional. Os símbolos de comunicação, internacionalmente convertíveis, sobrepõem-se à forma mágica de existência – reforçada por drogas – do jovem guerreiro africano.

O colapso físico das infraestruturas de produção, consequência da falta de manutenção, da falta de capacidade de investimentos de substituição, combinada com a destruição propositada e por desleixo, coincide com o desmoronamento das instituições da administração pública. As empresas são canibalizadas, tal como o são os projetos de desenvolvimento e as instituições sociais. No triângulo de tensões entre grupos dos aparelhos “estatais” – especificamente dos aparelhos repressivos fora de qualquer controlo, cada vez mais difíceis de distinguir dos grupos criminosos –, o capital criminoso internacional e as sociedades principalmente urbanas (mas não só) em estado de crescente anomia emerge uma economia tendencialmente sem normas, parcialmente violenta, de organização criminosa que recruta o seu pessoal nos destroços da sociedade urbana em colapso, a qual já não consegue canalizar os seus conflitos intergeracionais.

1.2. Sociedades agrárias africanas

Para entender como as sociedades africanas perdem o controlo sobre os seus cadetes, convém estudar o seu funcionamento e olhar para alguns dos seus mecanismos básicos antes de analisar os processos de desintegração e de eventual colapso.

As sociedades agrárias, de constituição étnica e mutuamente relacionadas em contextos interétnicos, são – não obstante diferenciações étnicas – determinantes para muitos padrões básicos das sociedades africanas. Nelas, uma grande parte da população africana foi e é socializada. Esta socialização estende-se, mesmo que de forma enfraquecida, aos bairros periurbanos, pelo menos em sociedades onde não houve uma ressocialização por um processo de industrialização.

A análise das sociedades agrárias pressupõe, por isso, o estudo de várias sociedades em conjunto, na medida em que a análise individual das sociedades limita seriamente a sua compreensão. Essa limitação deve-se ao facto de as sociedades se constituírem mutuamente e não serem compreensíveis fora do seu contexto. Não se refere apenas ao facto de não existirem “sociedades nacionais” – isto é, sociedades cuja extensão e constituição coincidam com os limites dos respetivos “Estados” – a exercer, ou não,

algumas funções nos seus territórios. A sua constituição interna implica sempre a existência das outras sociedades. As sociedades agrárias são, igualmente, embora isso seja frequentemente ignorado, as únicas sociedades africanas com uma orientação produtiva, as quais ainda garantem, mesmo que em circunstâncias cada vez mais difíceis, o sustento a cerca de metade da população africana.

As tentativas conscientes de controlo, por parte das etnias, tomam várias direções: a manutenção da unidade espiritual como base do poder espiritual e, assim, da unidade social; a manutenção da organização guerreira – absolutamente secreta – através da inclusão dos homens ativos em uniões para este fim, e o controlo sobre a reprodução física. Deste modo, para assegurarem a sua reprodução, as sociedades agrárias têm de desenvolver esforços e estratégias, diretamente interligadas, no sentido de garantir:

- O acesso aos recursos naturais dos quais dependem para a sua reprodução;
- O controlo sobre a sua reprodução biótica;
- O controlo sobre a sua mão-de-obra;
- A capacidade de lidar com outras sociedades;
- A capacidade de lidar com as forças políticas, militares e policiais perimodernas e transétnicas, usualmente denominadas como “Estado”.

As sociedades que falham numa das dimensões referidas correm o risco de perecer.

As sociedades agrárias africanas são constituídas etnicamente; por outras palavras, são sociedades que seguem o princípio de auto-organização em padrões de parentesco, com uma extensão territorial (Sigrist, 1994; Schiefer, 2002). Acresça-se a esta definição uma dimensão espiritual.

Há uma correlação estreita entre a estrutura societal étnica, o controlo sobre os recursos naturais e a constituição do “poder” étnico, tal como se manifesta na dimensão espiritual e na organização guerreira. Espiritualidade e poder – mesmo em sociedades acéfalas – desempenham um papel essencial na regulação das relações interétnicas, tanto na gestão dos recursos naturais como na constituição de alianças interétnicas. De igual modo, determinam o relacionamento das sociedades agrárias com o Estado pós-colonial. O acesso aos recursos naturais é regulado através de um nível espiritual de carácter étnico. Esse nível influencia, por sua vez, a constituição étnica, que proporciona os mecanismos de regulação

para o uso dos recursos. O controlo do acesso aos recursos é constitutivo da estruturação societal.

Da dimensão espiritual derivam, também, os mecanismos principais para a regulação das relações internas de poder e da autoridade. Nas sociedades com régulos, esta dimensão orienta a legitimação e a limitação do poder do régulo. Nas etnias acéfalas, serve para evitar o nascimento de relações de poder económico ou político e é básica para a manutenção da acefalia. Os mecanismos do nível espiritual são fundamentais para a identidade social dos seus membros e para a produção dos respetivos caracteres sociais.

A estrutura societal étnica interna inclui uma organização, por norma, secreta e guerreira, que serve de defesa do acesso aos recursos e contra perigos externos. Como forma de expressão do poder do próprio grupo étnico, entendido como emanção do poder espiritual, a organização guerreira serve para a projeção de poder para fora. Este poder é, também, utilizável para a apropriação de recursos externos, por exemplo através de roubos.

As relações interétnicas são, igualmente, reguladas ao nível espiritual. Estas abrangem a regulação do uso complementar e concorrente dos recursos, como as alianças interétnicas de cariz guerreiro ao nível das sociedades envolventes. Tal implica que a gestão de recursos naturais só possa ser compreendida olhando para o conjunto das várias sociedades étnicas.

Os mecanismos específicos de socialização das sociedades agrárias, que são caracterizadas fortemente pela dimensão espiritual, têm efeitos fundamentais sobre a sociedade central pós-colonial na maioria das áreas societais.

Algumas características das sociedades agrárias influenciam o conjunto das sociedades africanas, inclusivamente as sociedades urbanas – as quais se definem, pelo menos parcialmente, pelo diferencial com as sociedades rurais. Depois de uma fase inicial de distanciamento dos urbanos das sociedades de origem, ultimamente, o contínuo rural-urbano ganha cada vez mais força, na medida em que as condições nas cidades pioram e as sociedades agrárias são novamente importantes para a (sobre)vivência das populações urbanas. A segurança alimentar, entendida como capacidade das sociedades agrárias de alimentar toda a população, inclusive a população urbana, está, contudo, a diminuir drasticamente. Convém, portanto, um olhar mais profundo sobre o potencial e o contexto produtivo das mesmas.

1.3. Produção

As sociedades agrárias têm uma economia de bom tempo que, com padrões de consumo rigorosamente limitados pela tradição, pressupõe uma abundância de recursos naturais. A sua impressionante resiliência depende, por um lado, da sua flexibilidade interna, e, por outro, de estratégias de aproveitamento dos recursos sociais e genéticos, através de estratégias de sobrevivência que são ativadas quando as condições externas, naturais ou políticas, pioram (Temudo e Schiefer, 2004).

A escassez dos recursos nas sociedades industriais, provocada pela separação dos produtores dos meios de produção, em princípio, não se aplica. Os recursos naturais são percebidos como ilimitados. O seu acesso é regulado através da pertença a grupos sociais específicos que, também, garantem o abastecimento (mínimo) através de mecanismos de solidariedade. O seu uso é condicionado por padrões de consumo altamente regulados e condicionados, esporadicamente interrompidos por festas onde as restrições são temporariamente suspensas.

Em geral, o uso de recursos é caracterizado por uma certa leveza que resulta da abundância presumida. Facilmente se aceitam perdas pós-colheita de 30% a 50%.

1.4. Ambiente

Nas sociedades agrárias a proteção do ambiente está integrada na estrutura espiritual, mental e societal. Contudo, essas sociedades reagem, muitas vezes, a uma mudança de parâmetros externos (por exemplo, a procura de carvão vegetal, etc.) com a destruição maciça e acelerada do seu ambiente.

Não existe uma socialização ecológica explícita. Os conhecimentos são passados de geração para geração de forma espontânea.⁹ Quando a produção alimentar entra em crise, muitas vezes são as mulheres mais velhas que dispõem de conhecimentos específicos e de estratégias que permitem ultra-

⁹ O suposto nível elevado de conhecimento sobre o ambiente é, muitas vezes, uma construção de antropólogos que através de investigações pacientes e longas juntam os conhecimentos fragmentados e parciais, regra geral, de poucas pessoas, e apresentam-nos como corpo integrado de conhecimento das sociedades. Deste modo, cria-se a impressão, recebida pelos ecologistas de todas as estirpes, que as sociedades dispõem de conhecimentos e estratégias sustentáveis para as suas economias (cf. Temudo, 1998). Quando as “elites rurais” manifestam um discurso ecológico, trata-se geralmente de discursos externos adotados para impressionar os intervenientes.

passar estas situações perigosas, recorrendo a recursos de emergência, como produtos de recolha que normalmente não são aproveitados.

O relacionamento com o ambiente é como o “plano” que regula a alocação dos fatores de produção contido na organização societal, e não objeto de uma área de conhecimento específico e separado. Não existe, portanto, uma consciência ecológica original. A regulação da caça é uma exceção. Para os animais, criaram-se zonas e períodos de proteção, assim como mecanismos reguladores da sua reprodução e da sua apropriação.

A alocação da mão-de-obra é regulada através da família, das práticas de entajuda e de outros mecanismos sociais, em parte com base no nível espiritual. Nomeadamente, grupos de jovens auto-organizados, que oferecem os seus serviços a produtores que não dispõem de mão-de-obra própria suficiente e que detêm um papel crucial em trabalhos específicos e pesados em determinadas épocas do ciclo agrícola. Por um lado, a distribuição geográfica da mão-de-obra é regulada através de uma migração controlada em pormenor, e, por outro, a distribuição geográfica dos consumidores, e especialmente das crianças, por diferentes zonas geográficas com melhores condições alimentares ajuda na superação de crises de fome. Uma elevada mobilidade geográfica compensa, parcialmente, o baixo nível tecnológico de produção e de “dominação da natureza”.

1.5. Guerra

Historicamente, para as sociedades da costa da Guiné, a guerra foi, e continua a ser, uma parte importante da vida coletiva. A organização guerreira interna continua a existir, mesmo que invisível de fora.

Na ausência de instâncias estatais mais abrangentes, transétnicas, que poderiam ter reclamado o monopólio da violência, a execução de conflitos com meios guerreiros continua a ser assumida pela etnia.¹⁰

Não existe, pelo menos de forma aparente e sistematizada, um código de conduta explícito que exija a vingança para atos de violência.¹¹ Contudo, a vingança existe, sendo efetuada através da invocação de instâncias espirituais.

¹⁰ Fases de transição podiam ser observadas depois da independência: em vez de bater nos ladrões que apanhavam, estes eram entregues à polícia e espancados nas esquadras.

¹¹ Em outras sociedades, a vingança obrigatória constitui um dos mecanismos básicos de controlo de violência, como, por exemplo, no Pashtunwali (Sigrist, 1994).

As sociedades dispõem de uma organização societal para a guerra e tentam assegurar as capacidades guerreiras e o armamento suficiente. Antes da ocupação colonial efetiva, esta organização era étnica, *strictu sensu*, e secreta. Com a ocupação colonial, que reclamou o monopólio total da violência, houve necessidade de uma maior camuflagem e ocultação deste tipo de organização. Mesmo durante a guerra anticolonial, os mecanismos permaneciam em segredo. No território da antiga Guiné Portuguesa, nenhum grupo étnico declarou oficialmente guerra contra os colonialistas, embora muitos permitissem a mobilização dos seus jovens pelos movimentos independentistas, mas sempre fora das estruturas linhageiras. Após a independência, muitos chefes de linhagem viam os novos governos como continuadores “dos brancos” e mantiveram as suas sociedades fechadas perante o novo governo, mas com muito menos êxito, dado que “o movimento no poder” dispunha de conhecimentos íntimos das sociedades de origem dos seus membros.

Os mecanismos de controlo espiritual sobre o potencial guerreiro são semelhantes aos que são usados no controlo sobre o acesso aos recursos. Conforme se trate de sociedades acéfalas ou centralizadas, a guerra e a necessidade de a organizar reforçam os mecanismos de representação central e os mecanismos de redistribuição central subjacentes. Nas sociedades acéfalas, aplicam-se elaborados mecanismos de controlo sobre o poder necessário para conduzir as guerras, de modo a evitar qualquer tipo de usurpação que ponha em risco a acefalia; por sua vez, nas sociedades com instituições centralizadas, a guerra reforça as tendências de centralização.

O controlo sobre o potencial da reprodução física manifesta-se, igualmente, sobre o controlo da fertilidade das mulheres, através, entre outras, das “regras de casamento”. Além do gado, as mulheres constituem a presa principal dos raids predatórios interétnicos (Meillassoux, 1991).

No contexto interétnico, as alianças são constituídas através de mecanismos espirituais. As rivalidades e os conflitos são regulados da mesma forma. O relativo peso político e social dos grupos étnicos não é medido pela potência económica, mas pela potência espiritual atribuída. O potencial guerreiro e a força económica são compreendidos como resultados de capacidades espirituais.

Um outro princípio básico é o da pertença a uma unidade social como meio e garantia de acesso aos recursos. O fluxo de bens e de serviços, similarmemente, é condicionado pelas relações dentro e entre as unidades sociais

(e não pela “propriedade de bens ou de dinheiro”). As relações entre as pessoas, entre as unidades sociais e espirituais são mais fortes e mais importantes do que as relações entre indivíduos e bens materiais. Este princípio, efetivado através de uma série de mecanismos diferenciados, é constitutivo e tem implicações muito abrangentes.¹²

2. Socialização em sociedades agrárias

A socialização tem a função importante de transmitir o essencial das sociedades e, desta forma, assegurar a sua reprodução por períodos mais longos do que a vida dos indivíduos, que são continuamente substituídos nas sociedades. Muitas características das sociedades manifestam-se claramente nestes processos de socialização pelos quais passam todos os membros das respetivas sociedades.

2.1. Indivíduo, grupo e sociedade

As sociedades agrárias distinguem-se claramente das sociedades industrializadas ocidentais na medida em que não produzem o “indivíduo”. Com raízes no Renascimento, mas um produto dos séculos XVIII e XIX nas sociedades europeias industrializadas, o “indivíduo” encontrou a sua manifestação expressa na psicologia individual freudiana e noutras. A configuração desta figura social remete para uma série de fenómenos, para uma construção intrapsíquica, que são percebidos e tratados como fenómenos extrapsíquicos nas sociedades agrárias. Ao indivíduo são imputadas qualidades que, em sociedades agrárias de carácter coletivo, são atribuídas ao grupo de referência, à sociedade, ou, numa construção extrapsíquica, a entidades espirituais.

O *locus of control* é claramente externo, especialmente para os cadetes.¹³ O comportamento destes é controlado, por um lado, pelas autoridades¹⁴ e, por outro, pelo seu grupo de pares. Estas autoridades são, normalmente, os

¹² Pessoas não pertencentes ao grupo étnico, como, antigamente, prisioneiros de guerra ou, nos tempos modernos, migrantes voluntários ou involuntários, facilmente podem ser autorizados a residir e usufruir de certos direitos de acesso a recursos naturais e sociais, mas sempre com o estatuto secundário de “hóspede”.

¹³ Elaborada, num contexto totalmente diferente, por Riesman *et al.* (2001), a tipologia do «*tradition-directed, inner-directed, and other-directed*» permite um olhar sobre uma sociedade onde o tipo *inner-directed* substitui o *tradition-directed*.

¹⁴ A explicação de Meillassoux (1975), em relação ao controlo dos velhos sobre os jovens assentar no controlo do acesso às mulheres, não parece suficientemente abrangente.

velhos, graças a algum controlo que estes já conseguiram sobre o seu próprio comportamento e as suas próprias emoções. Este controlo exige, quase sempre, uma presença física e baseia-se na comunicação direta.

A responsabilidade, como qualidade fundamental de educação, distingue as crianças dos adultos. Na educação tradicional, a imitação e a instrução explícita são sedeadas nas relações interpessoais e nos relacionamentos entre pessoas e espíritos, sempre dentro dos parâmetros de comportamento de cariz nitidamente étnico.

A estes fenómenos está associada a importância do sentimento da vergonha, que pressupõe a referência a outras pessoas e que assenta nas relações interpessoais, ao contrário do sentimento de culpa, mais forte nas sociedades ocidentais, que corresponde mais a uma construção intrapsíquica. O sentimento da vergonha explica o grande secretismo destas sociedades agrárias, que constitui uma fuga dos olhares dos outros, suscetíveis de despoletar os sofrimentos associados à vergonha.¹⁵

A socialização transmite, ainda, outras dimensões importantes às sociedades agrárias africanas.

2.2. Confiança

Em sociedades com uma determinação exterior extrema, em que existe uma insegurança geral sobre muitos fatores que determinam a vivência e a sobrevivência, a confiança tem um lugar muito diferente das sociedades industrializadas, onde os fatores externos estão supostamente mais controlados. Nas sociedades agrárias, a confiança não é separada em “setores”. A confiança numa pessoa não varia conforme a sua área funcional. Quando se constrói confiança, a desconfiança é reduzida. É como se fossem removidas as camadas de uma cebola. Uma vez construída, a confiança abrange todas as áreas. As transações económicas são realizadas em redes pessoais e são estas redes que têm de garantir o cumprimento das regras na medida das relações estabelecidas entre os parceiros – dada a ausência de instâncias exteriores que possam garantir normas de interação ou de trocas.

A confiança depende da proximidade, a proximidade depende do grau de parentesco e da convivência. Proximidade é confiança, a distância corres-

¹⁵ O sentimento de vergonha constitui uma emoção bastante forte: a incapacidade sentida em cumprir as obrigações sociais está muitas vezes na raiz das migrações internacionais, podendo conduzir ao suicídio em casos extremos.

ponde à desconfiança. O estranho é percebido, à partida, como um potencial perigo ou como uma potencial presa, conforme as circunstâncias.

2.3. Inveja

A inveja é uma emoção frequente, considerada legítima e abertamente manifestada. Nas sociedades agrárias, serve como um mecanismo para impedir a acumulação suscetível de perturbar os equilíbrios internos. O medo de provocar a inveja dos outros trava muitas pessoas dinâmicas. Estas preferem não criar riquezas ostensivas ou, quando a sorte lhes proporciona riquezas materiais, preferem partilhá-las com os seus familiares e vizinhos, transformando riquezas em prestígio social. Em combinação com a crença de que a vida é determinada por forças externas, a inveja desencoraja a iniciativa pessoal.

2.4. Medo

Apesar da despreocupação relativa e da alegria quase-universal, que é sinal de uma confiança básica na comunidade, o medo é um fator importante da socialização. O medo facilmente se transforma em emoção dominante, especialmente quando se trata de fenómenos que estão longe da própria mundividência. Proximidade dá, igualmente, confiança. A distância produz medo. Isto é válido não somente em termos geográficos, mas também em termos de espaço social. O estranho é encarado com medo. O medo é admitido abertamente e manifesta-se fisicamente. “Quem tem medo de quem” indica também as relações e o poder político.

Emoções como o medo (mas similarmente outras emoções) são comunicadas rápida e diretamente, através de contactos estreitos. As pessoas vibram com a emoção do outro. Existe uma elevada disposição para a empatia, o que explica os efeitos fortes de certos atos da política com elevado teor simbólico (castigos físicos públicos, aprisionamento de pessoas, fuzilamento de opositores políticos, etc.). O uso consciente de ações violentas com efeito sobre a atmosfera emocional é um dos instrumentos mais frequentes da política, mesmo que aparentemente usados em segredo.

2.5. A gestão tradicional do potencial da violência

Apesar de bastante urbanizadas, muitas sociedades modernas africanas são, ainda, fortemente influenciadas pelas sociedades agrárias. Logo, é útil um olhar mais atento em relação ao modo tradicional de lidar com o potencial de violência dos cadetes.

As sociedades agrárias dispõem de métodos muito elaborados de lidar com o potencial de violência dos seus cadetes. Através de um processo integrativo, com uma dimensão espiritual, os jovens são submetidos, por uma organização de quadros guerreiros, a unidades organizativas sociais específicas. Estes procedimentos de cooptação, semivisíveis, são habitualmente estudados como ritos de passagem. Através de uma combinação de exercícios quase militares, de exercício físico, de aventura e de iniciação espiritual em lutas de poder, os cadetes constroem e vivenciam a sua identidade coletiva. Num processo de *bonding*, perfeitamente encenado, são criadas relações horizontais e duradouras, transversais às estruturas dos complexos familiares. Estas relações são asseguradas através da integração em relações mágicas de hostilidade, reais ou percebidas, e garantidas através de sanções mortíferas. Códigos específicos de expressão corporal, língua, dança e canções, são sinais seguros de comunicação.

O acompanhamento por entidades espirituais contratadas (Crowley, 1990) assegura, em circunstâncias específicas, a proteção adicional necessária.

As obrigações assim criadas são mais fortes do que todas as relações e obrigações sociais contratadas posteriormente. Este facto atribui alguns aspetos interessantes à organização política ou militar moderna.

A figura do jovem guerreiro é socialmente valorizada e prestigiada: é a figura dominante em muitas manifestações culturais. Constitui uma dimensão importante para o “sucesso” nas sociedades agrárias africanas. Conforme a tradição étnica, a vontade de aventura e a coragem masculina são estimuladas nos cadetes. Ao mesmo tempo é demonstrado a grupos vizinhos, e eventualmente rivais, o potencial de poder, por assim dizer, numa prova, numa demonstração de força.

Ao organizar os seus jovens e os seus homens e mulheres em classes de idades, quer as sociedades centralizadas, quer as sociedades acéfalas produzem laços horizontais que reforçam e compensam os laços verticais de descendência. A transição de uma classe para outra é marcada por ritos de passagem. A variedade destes sistemas é tão abrangente quanto a dos grupos étnicos, com diferentes classes de idade, diferentes ritos de passagem e diferentes formas de organização interna.

Algumas características básicas são, no entanto, comuns às várias sociedades. As sociedades são inclusivas, ou seja, todos, à exceção dos poucos que morrem, passam por estes rituais, desta forma, não excluem indivíduos nem produzem perdedores. Como todos os indivíduos passam por todos os

grupos de idade, não existe, pelo menos nos grupos acéfalos, discriminação que seja considerada injusta, uma vez que todos ganharão, eventualmente, o respeito e os privilégios associados ao estatuto dos mais velhos.

Antes de chegar a um grupo de idade com potencial para a violência, os mais jovens já passaram pela infância onde, mesmo antes de começarem a andar, aprenderam a partilhar e a respeitar os mais velhos. A partilha e o respeito são valores básicos na infância, que constituem os valores fundamentais da solidariedade. À medida que as crianças vão crescendo, vão assumindo cada vez mais responsabilidade, uma qualidade que as distingue dos adultos. Na infância, o seu horizonte de expectativas encontra-se circunscrito aos limites da aldeia e da linhagem. Conforme vão crescendo, é fomentado nas crianças um sentimento claro de pertença, através da linguagem e da cultura. Em muitos aspetos as crianças e os jovens gozam de uma ampla liberdade, ninguém se sentindo, assim, socialmente excluído. Eles são livres de se juntarem e passearem com os seus amigos, em busca de comida e de aventura. O controlo social é aplicado através da presença dos seus pares, da família e dos anciãos. O controlo espiritual é exercido não tão-somente através de configurações intrapsíquicas individuais como postuladas pelas ciências ocidentais, mas principalmente através de entidades espirituais externas, que se encontram relacionadas com o reino dos antepassados.

Em cada classe de idade, as crianças e os jovens ganham direitos e aumentam o seu conhecimento e as suas obrigações. A passagem de um grupo de idade a outro é extremamente ritualizada. O estatuto é demonstrado através do vestuário, do penteado, do comportamento e de códigos secretos de expressão corporal. Nos principais ritos de passagem, cruzam-se as dimensões constituintes da existência étnica das sociedades com as linhas essenciais de poder e da autoridade.

O exercício encoberto do poder e da autoridade – interna e externa – está ligado à afirmação do direito de acesso e de controlo étnico sobre os recursos naturais, incluindo a terra, as florestas, a água, a flora e a fauna. Todos os recursos são guardados por espíritos e só com o seu consentimento podem ser explorados pelos humanos, havendo, no entanto, sempre um preço a pagar, usualmente sob a forma de sacrifícios rituais que variam entre pequenas oferendas e animais ou, até mesmo, humanos.

As rivalidades e as alianças intra e interétnicas são confirmadas, tal como a relação com outros grupos de poder e instituições, como as estruturas do

Estado. A organização militar étnica, extremamente secreta, é estabelecida e os guardiões têm um papel equivalente ao dos oficiais. Nas sociedades centralizadas, é confirmado o poder dos governantes, e, nas sociedades acéfalas, são reforçados os mecanismos para evitar o estabelecimento de estruturas de poder. A relação entre os sexos é (re)definida, os direitos de enterro são confirmados.

A existência de forças espirituais externas que influenciam e condicionam as sociedades, os grupos e as pessoas é um dado adquirido, um *fait social*. A existência humana, a saúde e o bem-estar individual e coletivo dependem da capacidade de estabelecer e manter relações com estas forças.

Para os jovens que passam pelos ritos referidos, estes rituais são a mais profunda experiência das suas vidas. Em cenários extremamente elaborados, escondidos na floresta, experienciam um forte processo de união com os seus companheiros, produzindo-se a relação social mais importante e duradoura das suas vidas, que predomina sobre todas as outras relações e que, em alguns casos, se sobrepõe até aos seus laços familiares mais próximos. Durante este processo, os jovens sofrem privações muito severas, são submetidos a uma disciplina militar rígida pelos seus oficiais e são expostos à crueldade e à dor. Mesmo as pequenas infrações são duramente punidas, as falhas individuais podem provocar castigos coletivos violentos. Experimentam, também, o medo do sobrenatural no seu contacto inicial com o mundo espiritual, incluindo a perda de alguns dos seus companheiros, cuja morte é atribuída à ira dos espíritos. São expostos à fome, ao isolamento, à falta de conforto e da companhia das suas famílias. Ao mesmo tempo, aprendem as tradições do seu grupo: danças, canções, história do grupo e as suas comunicações secretas, sejam estas através da expressão física ou da comunicação de longa distância, através de tambores. Aprendem, ainda, como relacionar-se com os espíritos, entrando em estados mentais que são percebidos como uma condição para comunicar com os mesmos – por vezes potenciados pelo uso de drogas. Aprendem a estabelecer contratos com os espíritos para que estes os protejam dos muitos perigos da vida, incluindo como obter amuletos contra balas – embora estas proteções mágicas não funcionem contra canhões, granadas ou bombas. Adquirem uma profunda compreensão da diferença entre o sagrado e o profano e entre o puro e o impuro.

Nos seus exercícios, os jovens homens são colocados em oposição espiritual a grupos rivais, muitas vezes raparigas que atravessam experiências similares mas que se encontram espacial e socialmente separadas. Estes

jovens aprendem, igualmente, a manter segredos, consciencializados para o facto de a violação destas regras ser punida com a morte. Durante os ritos, os guardiões identificam, entre os jovens, talentos espirituais e de liderança. Destes candidatos, são selecionados os futuros líderes militares. O candidato ideal é o guerreiro forte e corajoso, social e espiritualmente bem relacionado, perito em técnicas de luta e capaz de participar nas lutas, sejam estas defensivas ou ofensivas. Depois de passar pela privação dos treinos, são recebidos como heróis nas suas aldeias, o que implica consideráveis esforços económicos das famílias para celebrar o seu novo estatuto. Os candidatos pertencentes a linhagens respeitáveis (matrilineares ou patrilineares) e com capacidades espirituais extraordinárias são selecionados para ritos futuros, tão secretos que nem os outros iniciados suspeitam da sua existência. Estes ritos consistem no acesso às chamadas “sociedades secretas”, que detêm um enorme poder e influência e nas quais são tomadas decisões de largo alcance. Estas sociedades secretas transcendem os limites dos grupos étnicos e constituem importantes ligações nas alianças interétnicas, as quais podem desempenhar um papel fundamental na manutenção da paz ou na mobilização para a guerra.¹⁶

Mesmo após terminar a iniciação e a formação, os cadetes continuam sujeitos a uma forte liderança. São organizadas competições de dança ou de luta, regulamentadas e ritualizadas, contra outros grupos, que frequentemente requerem longas caminhadas até ao local onde terão lugar. Os vários grupos organizam raides nos territórios dos vizinhos para roubar gado ou bens. Estes raides podem facilmente transformar-se em confrontos e escaramuças violentas com os proprietários e/ou com os seus vizinhos e, frequentemente, provocam ferimentos e até a morte quando são usadas armas de fogo, o que acontece cada vez mais. Em todos estes exercícios, os cadetes são normalmente acompanhados pelos guardiões e pelos seus espíritos protetores, individuais e coletivos.

¹⁶ De notar as sociedades secretas dos ferreiros, que abrangem toda a África Ocidental, e que reúnem os profissionais com uma função estratégica dupla: produtores das alfaias agrícolas e, também, detentores do monopólio da produção das armas. O estatuto especial, e bastante ambíguo, dos ferreiros em muitas sociedades africanas deriva deste facto. As tropas coloniais, por exemplo, tentaram matar todos os ferreiros Bijagós depois da ocupação militar das ilhas nos anos 30 do séc. XX (Schiefer, 2002).

A rica ornamentação corporal – que vai de pinturas corporais elaboradas a cortes de cabelo sofisticados, roupa especial e adornos de corpo – e os ritmos dos tambores e os seus cânticos constituem sinais para os seus companheiros espirituais invisíveis e para os seus amigos, competidores e inimigos.

Os concursos entre grupos rivais no desporto, música, danças ou lutas são executados como exercícios espirituais. O poder militar e político de um grupo é entendido como uma mera projeção dos poderes espirituais.

Para os jovens guerreiros, os jogos e os raides servem como oportunidades para manter o treino, ganhar experiência e provar o seu valor.

Os duelos entre guerreiros individuais são frequentes e ritualizados. Um “surto de heroísmo” é o suficiente para um guerreiro atirar pedras para o espaço de outro jovem guerreiro, o que resulta imediatamente numa briga em que os adversários lutam com paus.

A proeza na luta, tal como o talento nas artes performativas, é considerada um caminho seguro para a fama, aumentando o êxito junto do sexo oposto.

2.6. Conflitos como mecanismo de gestão

Os conflitos são um dos mecanismos básicos de gestão em sociedades agrárias. Estes podem ser classificados pelo seu peso e pelos mecanismos aplicados. Os conflitos e os esforços de os resolver consomem uma boa parte da capacidade de gestão – infelizmente os mecanismos de resolução de conflitos e de restabelecimento da fugaz harmonia social cativaram mais atenção dos antropólogos do que os próprios conflitos. Os conflitos constantes produzem, quando contidos dentro de parâmetros normais das sociedades, um determinado modo de mudança social.

Como cada iniciativa de mudança provoca imediatamente uma contra-intervenção que conduz a um conflito que a bloqueia, o resultado é uma mudança muito lenta, dado que quem avança um passo é logo obrigado a recuar. Como os trabalhos normais são executados em grupos pequenos, normalmente os conflitos não constituem um obstáculo à sua realização. Os empreendimentos de maior envergadura são normalmente realizados em forma de campanha, portanto, com uma duração limitada que permite uma suspensão temporal dos conflitos.

O comportamento social referido cria nos indivíduos uma certa predisposição para o conflito. Em muitos encontros, é latente uma sensibilidade que, em qualquer momento, se pode transformar em conflito. Só a proximidade produzida por parentesco ou experiências rituais partilhadas pode

anular ou atenuar este potencial. É por isso que nos encontros, formais ou informais, existe a preocupação de evitar conflitos. Daí a importância dos rituais de cumprimento, especificamente ensinados nos ritos de passagem, que permitem a mobilidade geográfica e social.

Todas as iniciativas são entendidas como tarefa social. Tudo funciona através de pessoas, e somente através de pessoas, e as pessoas só podem ser “ganhas” através de relações pessoais. A construção e a manutenção de relações sociais são, portanto, de suma importância. As capacidades sociais são consideradas muito mais importantes do que as competências técnicas ou administrativas. Na perceção das pessoas, as competências sociais são vizinhas diretas das competências de comunicação com as instâncias espirituais, cuja função, na regulação das relações sociais e das relações com a natureza, é para todos evidentes.

O conflito, como mecanismo que permite mudanças lentas e consensuadas, funciona em sociedades cujos parâmetros externos mudam devagar – mas fracassam onde parâmetros externos mudam depressa e onde existe a possibilidade de escapar através de fuga, por exemplo, para as vilas, cidades ou países vizinhos.

3. Sociedades Agrárias sob ataque

Cada conjuntura externa produz nas sociedades, e nomeadamente em sociedades cujos processos de mudança são extremamente lentos, reações muito específicas. Estas podem ser estruturas básicas da própria sociedade que as adapta para resistir a ameaças externas, estados psicossociais marcantes, traumas conscientes e subconscientes, tipos e caracteres sociais, estados de (des)equilíbrio político, económico e social significativos, conhecimentos coletivos, emoções e perceções em relação ao mundo exterior. Nas várias dimensões, podem ser detetadas diferentes camadas, ecos das conjunturas pelas quais as sociedades passaram.

As sociedades agrárias da costa da Guiné sofreram nos séculos passados quatro grandes ondas de ataques externos:

- O comércio transatlântico de escravos causou grandes danos que são extremamente difíceis de avaliar. Os seus efeitos a longo prazo devem, contudo, refletir-se tanto nas relações interétnicas, sejam de rivalidade, sejam de aliança, como na estrutura militar interna dos diferentes grupos. A deslocação do momento de violência para dentro das sociedades africanas, tal como efetuada pelos traficantes de escravos, que

rapidamente se aperceberam de que o comércio de escravos era menos arriscado do que a caça e, por isso, arranjaram aliados africanos, criou, decerto, estas estruturas militares ainda visíveis. A distribuição geográfica de grupos e subgrupos deriva em parte, também, dessa época.

- As guerras de ocupação colonial criaram danos relativamente mais insignificantes do que as poucas construções efetivas durante a (curta) ocupação colonial, cujo impacto negativo foi basicamente ecológico (através das culturas forçadas de exportação). A ocupação colonial estabeleceu, pelo menos durante meio século, uma paz colonial e travou a expansão de certos grupos étnicos.
- A guerra anticolonial combinou fações de uma elite política urbana independentista modernizante com membros das sociedades agrárias que viam a sua mundividência ameaçada pela ofensiva da modernização do Estado colonial depois da II Guerra Mundial (Schiefer, 1986). A guerra foi mais destrutiva nos seus efeitos indiretos do que nas destruições materiais efetivas (aumento da população dos centros urbanos com abandono da economia rural, economia de guerra que alimentava as cidades a partir da metrópole, construção de infraestruturas militares, fuga da população para os países vizinhos, treino de jovens em guerra, abastecimento de armas, etc.). De facto, a população fora da economia agrária aumentou, durante a guerra, de cerca de 5% para cerca de 20%. Após a independência, tanto refugiados dos países vizinhos como muitos guerrilheiros do movimento anticolonial reforçaram a população que tinha fugido durante a guerra para os centros urbanos e principalmente para a capital. A alimentação desta população só foi possível graças à ajuda internacional que, em parte, já tinha apoiado económica e militarmente a guerrilha.
- A cooperação para o desenvolvimento, combinada com a política da “reconstrução nacional”, causou mais danos às sociedades agrárias do que as fases anteriores do século XX. Após a independência, a projeção de forças do exterior sobre as sociedades agrárias sofreu grandes alterações. Novos atores, novos conteúdos e novos formatos de intervenção contribuíram para a criação das condições externas que mudaram e perturbaram profundamente as dinâmicas internas das sociedades agrárias.

3.1. A dominação política da sociedade central

Na primeira fase da independência, as sociedades agrárias foram alvo de tentativas de estabelecimento do domínio político total do “movimento de libertação no poder”, através do “novo Estado” que entendeu o militar e a segurança como pilares do seu poder. A presença colonial não acabou com os mecanismos tradicionais de exercício do poder, os quais, aliás, foram aplicados durante a guerra anticolonial. O exercício do poder visível foi acompanhado por uma parte secreta, invisível, mas não menos real. A repressão, acompanhada por fuzilamentos e encarceramento de supostos opositores, produziu medo. Nos primeiros anos da independência, um controlo rigoroso sobre o movimento das populações dificultava tanto a migração interna e internacional como o comércio ambulante.

As alianças e rivalidades interétnicas históricas refletiam-se nas lutas pelo poder centralizado. Contudo, os políticos do poder central estabeleceram e reforçaram os laços com as suas sociedades de origem através de contratos com os espíritos.

Os conhecimentos empíricos das sociedades detidos pelas “elites de poder” criaram uma conjuntura ambígua: por um lado, a penetração das estruturas agrárias foi facilitada e, por outro, a componente destrutiva da modernização, que entendeu as sociedades tradicionais como obstáculos ao “desenvolvimento”, foi travada. Nenhum político com origem rural podia empenhar-se na destruição da sua sociedade, mesmo que a suposta necessidade de modernização assim o exigisse.

A imposição do controlo total sobre o comércio, combinada com a incapacidade do “novo Estado” em organizar as trocas básicas, enfraqueceu as bases económicas das sociedades e iniciou uma emigração de uma parte crescente da população para os países vizinhos.

3.2. Modernização

A modernização do espaço rural processou-se gradualmente. Os projetos de desenvolvimento inicialmente levados a cabo pelo Estado foram lentamente substituídos por projetos de agências internacionais e dos seus executores nacionais. A incompetência generalizada, combinada com um modelo de apropriação rapidamente estabelecido na sociedade central e uma certa relutância em implementar medidas drásticas destruidoras que provocassem reações fortes das sociedades agrárias, travou numa primeira fase a concretização das políticas no espaço rural. Numa segunda fase, os

agentes internacionais entraram em força e penetraram em todo o terreno, o que confrontou as sociedades agrárias com um estilo de vida “moderno”, fora dos seus padrões limitados de consumo. A existência das metástases do desenvolvimento no espaço rural criou ainda, aos jovens, oportunidades de acesso a dinheiro e a bens de prestígio, anteriormente privilégio dos mais velhos.

A introdução da educação formal através de escolas modernas, uma das poucas áreas onde o “novo Estado” conseguiu produzir alguns êxitos, enfraqueceu a educação tradicional e alienou muito jovens que achavam que a “escola do branco” dava direito a um lugar longe do trabalho do campo. Numa segunda fase, estas escolas modernas, sempre num estado de funcionamento precário, deram, em grande parte, lugar às escolas corânicas, onde, segundo Naipaul (2003), «pobres ensinam pobres a ser pobre».

A abertura generalizada ao mundo exterior abrangeu muito mais áreas da vida. Por um lado, aumentaram exponencialmente as missões de todas as denominações religiosas. Uma verdadeira caça às almas foi percebida como um assalto direto às crenças tradicionais. Começou a minar a força da dimensão espiritual na gestão dos recursos tradicionais, bem como dos membros mais jovens das sociedades, principal fonte de mão-de-obra na produção agrícola. O sucesso dos missionários, além de fragmentar cosmologias existentes, introduziu tensões dentro das sociedades e entre as diferentes sociedades e forneceu novas formas de articulação das contradições interétnicas.

A introdução dos filmes (vídeo e televisão) é um outro fenómeno não menos importante que contribui para as mudanças no ser-á (cf. Heidegger, 1993), na existência dentro da sua mundividência (cf. Husserl, 1990), das sociedades agrárias e, nomeadamente, dos seus jovens, expondo as sociedades agrárias a um mundo exterior, mesmo que virtual, e proporcionando aos cadetes padrões culturais alternativos – com linguagens simbólicas rapidamente assumidas.

A introdução de novas culturas através de mecanismos não económicos criou desequilíbrios no acesso à terra, dado que o investimento levou a uma apropriação individual da terra.

A apropriação pelo Estado de terras das sociedades agrárias para “projetos” cedo cedeu lugar à apropriação de terras em nome individual pelos membros da “elite de poder” baseados na cidade.

3.3. Migrações

As migrações para a capital passam, normalmente, por deslocações para centros urbanos mais pequenos. As redes de parentesco existentes facilitam a vida aos recém-chegados, os quais encontram alojamento e suporte nas casas dos seus parentes. Os motivos para este movimento podem prender-se com as supostas oportunidades que a cidade proporciona, desde a educação à participação, direta ou indireta, nos fluxos da economia dissipativa.¹⁷

As migrações internacionais para os países vizinhos podem passar, ou não, pela capital e resultar, ou não, numa estadia no destino ou num fracasso que aumenta os bairros periféricos da cidade.

As migrações intercontinentais passam, normalmente, pelos centros urbanos e pela capital. Dada a elevadíssima taxa de fracasso, por cada migrante intercontinental com êxito muitas dezenas de candidatos deixam as suas terras e aumentam a população dos bairros periféricos das cidades, onde dificilmente encontram sustento em empregos formais.

A migração forçada de uma boa parte da população urbana para as zonas rurais, durante a guerra civil, ajudou, também, a criar laços entre as famílias rurais e urbanas, o que, por sua vez, facilitou a deslocação para a cidade. Acolhidos pela população rural, muitos deslocados passaram um longo período no campo (Temudo e Schiefer, 2004).

A existência de espaços alternativos, que permitem uma fuga do campo, contribui para a erosão das sociedades agrárias, que não conseguem

¹⁷ Entenda-se aqui por economia dissipativa um tipo de economia no qual, num processo multilinear e descontinuado num sistema aberto de uma economia, são injetados e dissipados recursos externos. Os recursos, não produzidos no sistema, dissipados na economia do sistema aberto podem, em princípio, contribuir para a estabilização do sistema a curto prazo, mas causam um aumento da instabilidade do sistema a médio e longo prazo. Os influxos através de projetos de desenvolvimento não são aplicados para aumentar a produção mas, sim, apropriados, cada vez mais, pelos membros da sociedade central. Através da construção de obstáculos artificiais, criam-se turbulências que provocam ainda mais fricções. Se nos sistemas locais a utilização da energia de fricção assegurar um rendimento, ainda que mínimo, de certo modo, e enquanto a dissipação continuar, pode ser mantido um equilíbrio precário dinâmico durante um certo tempo e o colapso pode ser adiado. Porém, este modo de “uso de energia”, ou seja, a apropriação de recursos, através de criação de obstáculos variados, produz consequências pouco desejadas. Se a contrapressão aumentar de mais por causa das fricções, o influxo de recursos pode diminuir através da frustração das agências, acelerando o colapso. Para um aprofundamento do assunto, ver Schiefer (2002).

manter a pressão social sobre os seus jovens, que podem recorrer à deslocação como forma de escapar às sanções tradicionais.

4. A erosão das sociedades agrárias

As mudanças das sociedades urbanas têm consequências diretas e indiretas sobre as sociedades agrárias. O aumento dos contactos através das dinâmicas do mercado, quer através da política, quer através dos projetos de desenvolvimento tanto do Estado como das organizações internacionais e organizações não-governamentais nacionais, também produziu mudanças nas sociedades agrárias, incrementando a pressão sobre os seus nexos e estruturas sociais.

As sociedades rurais cedo chegaram à conclusão de que os governantes do “novo Estado” não eram muito diferentes dos governantes coloniais e que, assim sendo, não iriam beneficiar materialmente da independência nem do “desenvolvimento”.

A percepção da pobreza emerge com as condições naturais cada vez menos favoráveis à produção agrícola e perante o dispositivo do complexo desenvolvimentista, reforçado pelo consumo ostensivo das novas “elites” e dos estrangeiros. Esta é uma ideia nova, baseada na ausência de bens de consumo industrializados, os quais, nos padrões tradicionais, são vistos como bens de prestígio. As expectativas goradas e a informação de espaços alternativos, cidade e estrangeiro, com as suas promessas de uma vida mais rica, criaram uma sensação de uma vida no campo sem futuro. Esta perspetiva, que, hoje em dia, abrange praticamente todas as sociedades agrárias, deu origem a uma série de movimentos migratórios que se sobrepõem nos seus efeitos.

4.1. Os efeitos da modernização fracassada sobre as sociedades agrárias

Num processo sorrateiro, com origem na cidade, as relações de solidariedade tradicional dissolvem-se. Os mecanismos de reciprocidade modificam-se com a penetração crescente das sociedades pela economia monetária e com o aumento do contacto com as pessoas da cidade. A obrigatoriedade de partilha é furada.¹⁸ As relações de autoridade, que regulam e controlam os processos de produção e os processos de controlo social, decompõem-se tendencialmente, num processo que passa também pela desacreditação das elites de poder urbanas, o que resulta numa redução do tamanho das uni-

¹⁸ Veja se, por exemplo, a hospitalidade, que mudou radicalmente no princípio dos anos 1980.

dades de vivência e sobrevivência e produz uma corrosão do tecido social e, por conseguinte, uma perda de produtividade.

A grande e a pequena fraude, a corrupção económica e moral, através das metástases da sociedade urbana no campo, penetraram igualmente nas sociedades agrárias. Por um lado, o aumento das atividades do mercado criou oportunidades para os grupos mais dinâmicos (homens e mulheres mais jovens) obterem rendimentos monetários considerados altos, e, por outro, a economia dissipativa obrigou as sociedades agrárias a um mimetismo de modernização, isto é, a uma imitação simbólica, e apenas parcial, do desenvolvimento, que se limitava a produzir a aparência de modernidade.

Ruturas como migrações forçadas e o êxodo rural afetam os mecanismos de autorregulação social dessas sociedades, na ausência de experiências do passado que possam servir de base para a tomada de decisões. Estas situações têm como consequência não apenas a desvalorização da tradição e a perda dos conhecimentos que lhe são inerentes, mas também a destruição da capacidade contida no coletivo estruturado de lidar com as adversidades da vida nos seus mais variados aspetos. A tarefa de gerir o futuro é remetida quer para pequenos grupos residuais, quer para indivíduos que, muitas vezes, não têm capacidades para semelhante exigência. Ao contrário do que acontece nas sociedades urbanas ou urbanizadas, a capacidade de gerir a vida e de planear o futuro não é, nas sociedades agrárias, algo cristalizado em indivíduos. É a própria estrutura social, o conjunto societal (e não pessoas singulares, independentemente da sua sabedoria), que detém esta capacidade. Quando a estrutura é afetada, acaba por ser tendencialmente acompanhada pelo desaparecimento dessa capacidade.

5. O bairro periurbano como destino intermédio das fugas do campo

Os bairros periurbanos de cidades que não passaram por uma industrialização¹⁹ servem de recetores das populações que abandonaram as sociedades rurais, conservando, por isso, ainda traços das sociedades de origem. Embora os bairros sejam ainda bastante heterogéneos, reproduzem, frequentemente, a estrutura étnica das sociedades de origem (cf. Agier, 2002a, 2002b; Bauman, 2002). Novas organizações de carácter étnico nascem, as quais tentam construir pontes com o campo (Jao, 2010).

¹⁹ Em bairros periurbanos em sociedades industrializadas, mesmo que parcialmente, como, por exemplo, as sul-africanas, o potencial de violência é muito menos controlado.

Na maioria dos casos, a ligação aos fluxos da economia dissipativa fraca, ou é muito ténue, situando-se, muitas vezes, na reciclagem extremamente precária dos fluxos. A ligação ao “Estado”, empresas, organizações não-governamentais, igrejas ou partidos falha. As relações de solidariedade dentro das relações de parentesco são reduzidas. As pessoas com algum sucesso tentam afastar os parentes com menos sorte. Os mecanismos de controlo social enfraquecem também.

Muitas sociedades étnicas tentam manter a sua estrutura, realizando, por exemplo, ritos de iniciação. Estes são, contudo, uma versão “lite” e pouco respeitada pelas sociedades de origem. É observável uma certa “folclorização”, mesmo dos ritos mais importantes e constitutivos das sociedades de origem.

As solicitações da modernidade, financiadas do exterior, nas suas várias dimensões (religiosas, culturais, políticas, etc.), estão mais concentradas e são mais fortes na cidade do que no campo. A presença de riquezas faculta igualmente uma apropriação direta, seja por furto, seja por roubo.

A mão-de-obra dos cadetes, não enquadrada nas sociedades agrárias, transforma-se, deste modo, num potencial de violência facilmente mobilizável e organizável (Vigh, 2006).

A falta de profundidade histórica das estruturas transétnicas, vulgo, do “novo Estado”, transforma as estruturas armadas (militar, polícia e segurança) em aglomerações de grupos internos de cariz étnico.

A perda do controlo social dos cadetes, por um lado, e a perda do controlo político sobre os grupos armados de organização perimoderna, por outro, confluem em espaços com anomia crescente, que podem entrar em circuitos que se autorreforçam mutuamente e produzem uma espiral negativa.²⁰

²⁰ Os campos de refugiados em África, e não só, constituem verdadeiras incubadoras de violência. Estes são um formato de intervenção externa muito específica, apresentando algumas características dos bairros periurbanos no seu extremo. Nos campos de refugiados, a concentração de uma população que passou pela experiência traumática da deslocação forçada resulta numa desestruturação das unidades sociais que acelera a perda de controlo sobre os cadetes e provoca um aumento em flecha do potencial destrutivo das sociedades. Deste modo, os bairros periféricos das cidades são ultrapassados, na sua função de incubadoras de violência, pelos campos de refugiados (cf. Almeida, 2012).

6. A perda de controlo sobre os cadetes

A perda do controlo sobre os cadetes atinge várias dimensões e manifesta-se de forma muito variada.²¹

O controlo espiritual, talvez o mais importante, reduz-se com a migração para a cidade.

A exposição a meios de comunicação modernos, como cinema, televisão ou vídeos, desvenda uma parte do grande segredo do sobrenatural e retira uma parte da sua força. Os assédios continuados de múltiplas religiões oferecem alternativas mais ligeiras quando a pressão exercida pelas instâncias espirituais aumenta. Regra geral, as religiões missionárias somente conseguem sobrepor uma camada de religiosidade moderna que, numa crise mais profunda, fratura facilmente, não obstante as tentativas de usar religiões modernas como chavões para a construção de alianças interétnicas.

Numa socialização com o *locus of control* externo, é essencial a presença física das autoridades, familiares, linhageiras e societais. Onde esta falta, os cadetes facilmente se descontrolam.

A ausência do grupo social que exerce o controlo na socialização e a ausência de estruturas sociais mais modernas que o possam substituir (escolas, empresas, organizações produtivas) conduz ao regresso a um formato de auto-organização universal, o *gang* juvenil predatório que remonta e tem origem nas sociedades de caçadores-coletores. Estes *gangs* encontram algumas das suas manifestações culturais e os seus simbolismos na comunicação social internacional.

Os padrões de consumo moderno que criam um estado de descontentamento constante, e que provocaram a fuga de uma parte dos jovens das aldeias, são reforçados no meio urbano pela visibilidade dos bens de consumo e de prestígio, por um lado, e pela exposição à publicidade, por outro. De facto, a vergonha, sentida por pessoas que se veem sem a possibilidade de cumprir as suas obrigações sociais, constitui uma forte motivação para todo o tipo de fuga. A falta de perspectiva, que se manifesta numa crescente vontade de migrar do campo para a cidade, reforça também a vontade de emigrar para o estrangeiro. A frustração resultante do fracasso das

²¹ O modelo económico, que procura as motivações num modelo de custo-benefício de indivíduos, pouco contribui para a compreensão destes fenómenos (cf. Collier 2002; 2009; Ballentine e Nitzschke, 2003).

tentativas de emigração remete para a apropriação direta, onde possível, e cria uma disponibilidade total para qualquer saída putativa.

Não são raras as tentativas de se entregar às redes dos traficantes que prometem um futuro melhor através da emigração. Muitos recorrem à família para mobilizar os últimos recursos que servem para pagar aos traficantes. A migração intercontinental produz, desta forma, e através das raríssimas histórias de sucesso, uma grande sucção que leva os jovens a abandonarem o seu contexto produtivo na agricultura. Em muitos casos, um primeiro passo para este abandono é dado através das ONG, que, mesmo no campo, já oferecem uma primeira etapa de fuga e de oportunidades de ganhar a vida fora da agricultura. Frequentemente, bastam promessas vagas e pouco plausíveis por fações das “elites” políticas para se deixarem mobilizar para aventuras de guerras civis, ainda que estas tenham poucas hipóteses de êxito.

A existência de cadetes fora de controlo, fora da disciplina rigorosa do campo, fora de contextos produtivos, aumenta a insegurança nas cidades, mas não só. Aumenta os custos para qualquer tipo de produção urbana que precisa de medidas de segurança fora de qualquer proporção. Além disso, aumenta o risco de conflitos violentos entre fações políticas com possibilidade de posterior alastramento ao campo e conseqüente redução da produtividade das sociedades agrárias, o que, por sua vez, aumenta a perda de controlo sobre os seus cadetes.

A perda do estatuto social – também manifesta através da ausência de símbolos de *status*, tanto tradicionais como modernos – e a exclusão do consumo ostensivo causam uma falta de autoprestígio nos homens. Uma das saídas observáveis é o recurso ao físico tanto em manifestações de força em conflitos físicos, como, também, no recurso ao próprio corpo. Não é um acaso a emergência e o sucesso das escolas que propagam o culto do corpo nas suas múltiplas manifestações. A falta de perspetivas também aumenta a disposição para o consumo de drogas.

O potencial de violência dos cadetes em si, como putativos portadores de violência, é distinto do potencial de violência organizado. As sociedades só são afetadas por este quando auto-organizado, ou organizado por fações políticas. Através do medo que instila em partes da população, pode ser instrumentalizado politicamente. Naturalmente, existem cadetes com disposições individuais diferenciadas para a violência. Contudo, a propensão para criar estruturas que possam organizar este potencial, e efetuar-lo sob

forma de ameaça ou atos de violência, não pode ser atribuída a qualidades individuais dos cadetes.

O potencial de violência dos cadetes pode manifestar-se de várias formas:

- Cadetes soltos ou semissoltos nas sociedades agrárias;
- Cadetes que abandonam as sociedades nómadas em desintegração;
- Cadetes soltos ou semissoltos na periferia urbana;
- Grupos auto-organizados predatórios (*gangs*) autónomos urbanos ou periurbanos em espaços fora de controlo que, para a sua auto-organização, recorrem a mecanismos antigos pré-neolíticos;
- Grupos auto-organizados vigilantes.
- Grupos auto-organizados predatórios (*gangs*) urbanos ou periurbanos com ligações temporárias (campanhas eleitorais ou militares) ou duradouras a fações da elite de poder ou a fações políticas de contrapoder, urbanas, periurbanas ou rurais;
- Grupos auto-organizados predatórios com ligações a fações dos aparelhos militares ou de segurança envolvidas em atividades criminosas;
- Cadetes que, através de mobilização, são recrutados por grupos existentes organizados (militar, polícia, segurança),²² ganhando experiência prática nas inúmeras guerras.

Combinações e sobreposições são frequentes.²³ As ligações entre grupos predatórios não-estatais e organizações “oficiais” criam zonas opacas de transição (Wrong, 2009). No que diz respeito ao seu potencial destrutivo para as sociedades, convém abstrair-se do fardamento. A distinção entre “forças de Estado” e grupos armados violentos é, contudo, cada vez mais difícil, dado que também os grupos dentro dos aparelhos armados do “Estado”, cujo potencial de violência é presumidamente regulado através de códigos legais, saem do controlo das instâncias civis que supostamente os controlam. Certamente, estes grupos dispõem de um potencial de violência muito mais elevado do que os grupos auto-organizados, dado o seu treino, armamento e organização em escalas muito diferentes.

²² Os militares desmobilizados constituem um grupo específico com um potencial de violência bastante forte, devido ao seu treino e à sua experiência, e que de certa forma espelha algumas características dos cadetes soltos.

²³ Não é rara a figura do *condottiere* africano, cujo sucesso de recrutamento se baseia na disponibilidade de cadetes soltos.

O verdadeiro perigo para as sociedades reside no seu seio. Reformas do setor militar/segurança, externamente induzidos pelas agências internacionais, correm sempre o risco de aumentar esse potencial de violência nas sociedades africanas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Joelma (2012), *Pontes queimadas, futuros incertos – Migrações forçadas por conflito em África*. Lisboa: Periplo (no prelo).
- AGIER, Michel (2002a), "Between war and city. Towards an urban anthropology of refugee camps", *Ethnography*, 3(3): 317–341.
- AGIER, Michel (2002b), "Still stuck between war and city: A Response to Bauman and Malkki", *Ethnography*, 3(3): 361–366.
- ARENDT, Hannah (1970), *On Violence*. San Diego: Harcourt Brace.
- ARENDT, Hannah (2001), *Vita Activa*. München: Piper.
- BALLENTINE, Karen e NITZSCHKE, Heiko (2003), "Beyond Greed and Grievance: Policy Lessons from Studies in the Political Economy of Armed Conflict", *IPA Policy Report*.
- BAUMAN, Zygmunt (2002), "In the lowly nowhere-ville of liquid modernity", *Ethnography*, 3(3): 343–349.
- COLLIER, Paul (2009), *Wars, Guns, and Votes: Democracy in Dangerous Places*. New York: Harper.
- COLLIER, Paul e HOFFLER, Ank (2002), "On the Incidence of Civil War in Africa", *Journal of Conflict Resolution*, 46: 13–28.
- CROWLEY, Eve (1990), *Contracts with the spirits: religion, asylum, and ethnic identity in the Cacheu region of Guinea-Bissau*. Tese de doutoramento, Yale, U.M.I.
- DELLBRÜCK, Hans (2009), *Geschichte der Kriegskunst*. Hamburg: Nikolverlag.
- ELIAS, Norbert (1976), *Über den Prozeß der Zivilisation*. Frankfurt: Suhrkamp.
- HEIDEGGER, Martin (1993 [1927]), *Sein und Zeit*. Tübingen: Max Niemeyer.
- HUSSERL, Edmund (1990 [1928]), *On the Phenomenology of the Consciousness of Internal Time*. Dordrecht: Kluwer.
- JAO, Mamadu (2010), *Estratégias de Vivência e de Sobrevivência em Contextos de Crise: Os Manchas na Cidade de Bissau*. Tese de doutoramento, Lisboa, ISCTE-IUL.
- MEILLASSOUX, Claude (1975), *Femmes, greniers e capitaux*. Paris: Maspéro.
- MEILLASSOUX, Claude (1991), *The anthropology of slavery: the womb of iron and gold*. London: The Athlone Press.
- NAIPAUL, V.S. (2003), *Among the believers: an Islamic journey*. London: Picador.
- RAPPAPORT, Roy A. (1968), *Pigs for the Ancestors*. New Haven, CT: Yale University Press.
- RIESMAN, David; GLAZER, Nathan e DENNEY, Reuel (2001) [1950], *The lonely crowd: a study of the changing American character*. New Haven, CT: Yale University Press.

- SCHIEFER, Ulrich (1986), *Guiné-Bissau zwischen Weltwirtschaft und Subsistenz*. Bonn: ISSA.
- SCHIEFER, Ulrich (2002), *Von allen guten Geistern verlassen? Guinea Bissau: Entwicklungspolitik und der Zusammenbruch afrikanischer Gesellschaften*. Hamburg: IAK.
- SPITTLER, Gerd (1989a), *Handeln in einer Hungerkrise: Tuaregnomaden und die grosse Dürre*. Opladen: Westdeutscher Verlag.
- SPITTLER, Gerd (1989b), *Dürren, Krieg und Hungerkrisen bei den Kel Ewey (1900-1985)*. Wiesbaden: Franz Steiner Verlag.
- SIGRIST, Christian (1994), *Regulierte Anarchie*. Hamburg: EVA.
- TEMUDO, Marina P. (1998), *Inovação e Mudança em Sociedades Rurais Africanas. Gestão de Recursos Naturais, Saber Local e Instituições de Desenvolvimento Induzido. Estudo de Caso na Guiné-Bissau*. Tese de doutoramento, 4 vols., Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa.
- TEMUDO, Marina P. e SCHIEFER, Ulrich (2004), "Disintegration and Resilience of Agrarian Societies in Africa – the Importance of Social and Genetic Resources. A Case Study on the Reception of Urban War Refugees in the South of Guinea-Bissau", in Ulrike Schuerkens (org.), *Global Forces and Local Life-Worlds: Social Transformations*. London: Sage, pp. 185-206.
- VIGH, Henrik (2006), *Navigating Terrains of War: Youth and Soldiering in Guinea-Bissau*. New York: Berghahn Books.
- WRONG, Michela (2009), *It's Our Turn to Eat*. New York: HarperCollins.

OCAÇÃO!"
CIAÇÕES
JINÉ-BISSAU*

as violências experienciadas na Guiné-Bissau é bibliograficamente escassa. Na verdade, por um lado, a recolha de dados pelas poucas instituições responsáveis pelo apoio às vítimas não funciona de forma sistémica ou centralizada; por outro, existem muito poucas análises dirigidas em particular às questões da violência com base no género.¹

Para muitos, analisar as violências sofridas exclusivamente pelas raparigas pode parecer irrelevante, num país onde a violência estrutural – afetando homens e mulheres, adultos e jovens – é extremamente acentuada, onde os problemas se acumulam ao nível económico, político e governativo, onde a degradação do acesso aos bens e serviços públicos é bem manifesta.

No entanto, julgamos que esta questão é central para a compreensão das transformações económicas e sociais do país, bem como para a compreensão das violências em geral. De facto, as transformações e dinâmicas de

* As autoras desejam agradecer os comentários e sugestões de José Manuel Pureza, Kai Cardoso, Lorenzo Bordonaro e Ulrich Schiefer, bem como a revisão de Eduardo Vasconcelos.
** Investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e Doutoranda em Política Internacional e Resolução de Conflitos na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, desenvolvendo o projeto de tese "Percurso da violência em contextos de pós-guerra – Os casos de El Salvador e Guiné-Bissau", com o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia [Ref. SFRH/BD/36589/2007].

*** Doutoranda em Estudos Africanos (ISCTE-IUL) e em Antropologia Social e Cultural (Universidade Católica de Leuven), desenvolvendo o projeto de tese "Shedding light on a double invisibility: how girls and young women strive to overcome the youth predicaments in Bissau (Guinea-Bissau). A case-study", com o apoio, desde 15/01/2010, da Fundação para a Ciência e Tecnologia [Ref. SFRH/BD/44769/2008].

¹ Algumas exceções: Có (2006); Nassum (2007); Roque e Negrão (2009); Moura et al., (2009)